

## ESTUDOS CULTURAIS, ESTUDOS SOBRE AS MULHERES E ESTUDOS CULTURAIS SOBRE AS MULHERES

*Ana da Silva e Teresa Cláudia Tavares*

Resumo Estudos Culturais e Estudos sobre as Mulheres são dois campos científicos nascidos nos finais dos anos 60 e hoje em franca expansão no Ocidente. No entanto, a avaliar, por exemplo, pelo número de cursos disponíveis em ambas as áreas, em Portugal os Estudos Culturais são praticamente desconhecidos e os Estudos sobre as Mulheres não atingem grandes audiências. Neste artigo propomo-nos apresentar alguns pontos de intersecção entre ambos e dar a conhecer os Estudos Culturais sobre as Mulheres.

Palavras-chave Cultura, estudos culturais, estudos culturais sobre as mulheres, estudos sobre as mulheres, feminismo, Portugal, teoria feminista.

### Os estudos culturais

A palavra “cultura” refere-se usualmente ao conjunto de práticas e artefactos que, envolvendo um investimento humano intelectual, espiritual e técnico, são legitimados por uma tradição que (re)conhecem. O conceito veicula *grosso modo* três grandes sentidos:

[E]m primeiro lugar, a cultura como atenção prestada às coisas do espírito e conjunto das qualidades do intelecto e do juízo que daí resultam; em segundo lugar, a cultura como património intelectual característico de um povo, de uma nação, de uma comunidade ou, por extensão, da comunidade humana no seu conjunto; por fim, a cultura como conjunto das maneiras de ser socialmente interiorizadas características de um grupo humano e podendo ser objecto de uma descrição ‘científica’. (Forquin, 1999: 109-110)

Assim, a música, a pintura, a literatura fazem parte da cultura de uma sociedade. No entanto, nem todas as práticas e artefactos são correntemente elevados a este estatuto: o bordado, por exemplo, não aparece nas páginas dos periódicos como tal, mas, já que para alguns membros da sociedade constitui uma forma de expressão da sua relação com o mundo, não pode deixar de ser “cultura”.

Por que se pode afirmar que a palavra no seu uso corrente é classista e sexista? Como mostrou Bourdieu em *A Distinção* (1979), produtor@s<sup>1</sup> e consumidor@s destas práticas e artefactos pertencem às classes sociais dominantes e usam-nos

como forma de se distinguirem dos indivíduos de outras classes e de reforçarem os vínculos classistas. A produção arquitectónica de cadeias de *palaces*, tal como a partilha do conhecimento sobre as porcelanas da Companhia das Índias ou sobre o cinema francês dos anos 70, serve os interesses da criação e reforço de *elites*<sup>2</sup> intelectuais e/ou económicas que ao longo do tempo têm sido predominantemente *ocidentais* e *masculinas*. Isto é válido a nível global — basta tomarmos como indicadores as listas das maiores empresas ou dos indivíduos mais ricos do planeta — mas também local: a leitura dos nossos anuários industriais não deixa dúvidas quanto à prevalência masculina da elite económica portuguesa e, no que respeita à elite intelectual, o Portugal de 2001 mostra-nos que, mesmo na academia já bastante feminizada, é ainda muito maior a proporção de homens do que de mulheres em chefias como reitorias de universidades, presidências de politécnicos ou de grandes entidades ligadas à cultura.<sup>3</sup>

É nomeadamente questionando este entendimento classista e sexista de “cultura” que nascem os Estudos Culturais, a par das preocupações políticas de intelectuais como Hoggart, Williams ou Thompson que, descontentes quer com o discurso da social democracia quer com o do socialismo soviético, formaram nos finais dos anos 50 a Nova Esquerda britânica (Lee, 1997; Barker e Beezer, 1994: 10). A sua emergência como campo científico é geralmente datada da fundação por Hoggart do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS) da Universidade de Birmingham (1963-64), dirigido por Stuart Hall a partir de 1969. O desejo de uma análise da estrutura social numa perspectiva de mudança/contestação radical ao capitalismo dominante esteve subjacente à adopção de conceitos de diferentes origens num movimento de importação de outros campos teóricos que se mantém até hoje. Como lembram Ferguson e Golding,

As últimas viagens dos Estudos Culturais no Reino Unido levaram-nos pelo Leavisismo através da fenomenologia, a etnometodologia, o estruturalismo de Lévi-Strauss, Althusser, Gramsci, o pós-marxismo, a psicanálise e outras correntes da teoria literária francesa, o pós-modernismo e, mais recentemente, a política da identidade, o pós-colonialismo e o pós-nacionalismo. (1999: 19)

Conceitos como o gramsciano de “hegemonia” (situação em que uma coligação de grupos sociais exerce sobre outros, subalternos, uma “autoridade social” resultante não da imposição directa mas da “naturalização” de uma visão do mundo que favorece os interesses de classe dessa coligação) ou o althusseriano de “ideologia” (sistema de representações pelo qual os seres humanos vivem as suas relações com as suas reais condições de existência, o qual, simultaneamente, constitui em sujeitos os indivíduos concretos e os subjugua à ordem social) fundamentam uma análise que abrange, por um lado, os *produtos culturais* — entendidos como uma manifestação de diferenciais de poder onde se cruzam inter-relações de género, classe, etnicidade e nacionalidade; por outro lado, as *instituições* — como instâncias criadoras e condicionadoras de determinadas práticas culturais em detrimento de outras através da influência que exercem sobre a produção, a circulação e recepção de textos e objectos culturais; e, ainda, as *ideologias* de que essas práticas e artefactos são a manifestação.

Não por acaso, os Estudos Culturais desenvolvem-se não nas universidades mas nessas instituições consideradas pela “Alta Cultura” como a “segunda divisão” do ensino superior, a saber

nos institutos politécnicos assim como na educação de adultos e formação complementar. Por diversas razões, estes eram espaços intelectuais onde se podia mais facilmente fazer trabalhos de âmbito interdisciplinar. Os institutos politécnicos não davam tanta importância à intocabilidade das disciplinas académicas porque não tinham tantos interesses dependentes das hierarquias culturais que as legitimavam. Também se destinavam a um público estudante muito mais diferenciado em termos de idade e de classe do que era habitual nas universidades britânicas nos anos 70-80. (Shiach, 1999: 1-2)

Desde os seus começos, tentam cernir e valorizar possíveis núcleos de resistência à ideologia e cultura dominante. Se a sua preocupação inicial é a revalorização das subculturas da classe trabalhadora, ameaçadas de serem recuperadas pela cultura das classes dominantes e de serem descaracterizadas pela cultura de massas, posteriormente a sua atenção, nomeadamente com o trabalho de Hebdige (1979), redirecciona-se para as subculturas juvenis da classe trabalhadora — *punks*, *rockers*, *skinheads*. Os indivíduos são percebidos como simultaneamente produtos, produtores e consumidores de cultura, e participando nessa cultura em função da posição que ocupam nas estruturas políticas e económicas. Quanto à língua e à cultura são abordadas como sempre determinando/sendo determinadas pelo poder, pelas instituições e pelo sistema político e económico.

Como afirma Kellner (1997),<sup>4</sup> “o projecto inicial dos Estudos Culturais, tal como foi desenvolvido por Richard Hoggart, Raymond Williams e E. P. Thompson, procurava preservar a cultura da classe trabalhadora contra os ataques da cultura de massas produzida pelas indústrias culturais”, mas progressivamente, como resposta a uma nova era de capitalismo global, nos Estudos Culturais

mais recentes, houve no entanto uma viragem — em toda a comunidade anglófona — em direcção ao que se pode chamar de problemática pós-moderna, que enfatiza o prazer, o consumo, e a construção individual das identidades nos termos de que Mc Guigan (1992) chamou de ‘populismo cultural’ (...) Durante esta fase — aproximadamente desde meados dos anos 80 até hoje — os Estudos Culturais, no Reino Unido e na América do Norte, passaram das políticas socialistas e revolucionárias dos estádios anteriores para formas pós-modernas das políticas da identidade e perspectivas menos críticas sobre os media e a cultura do consumidor. (Kellner, 1997)

Os Estudos Culturais, em suma, começaram a interessar-se cada vez mais pelas práticas culturais associadas à cultura de massas que antes quase denegriam.

Também a partir dos anos 80, a institucionalização académica dos Estudos Culturais, conjugada com os efeitos da globalização, propiciou uma perspectiva ainda mais totalizante, integrando estudos à escala local, mas também

transnacional. Como lembra Leitch (1994), em Janeiro de 1987, foi lançado o primeiro número da revista *Cultural Studies*, uma publicação de âmbito internacional que tinha como grande objectivo promover à escala planetária os contactos entre académicos, investigadores e estudantes deste campo de estudos, sabendo que

o que esta internacionalização emergente indicava era a crescente *expansão dos interesses* e do empenho na pesquisa entre os investigadores e intelectuais universitários no trabalho desenvolvido neste campo, que, em simultâneo, começaram a trabalhar sobre culturas pós-coloniais centrando-se nos sujeitos subalternos desenraizados, tradições heterodoxas e regimes híbridos dispersos pelo globo. Pelos finais do século, a difusão dos Estudos Culturais parece tender para uma cada vez maior multiplicação dos seus ramos e formas. (Leitch, 1994).

Resumindo, segundo uma das perspectivas actuais, os Estudos Culturais são o “albergue espanhol” das Ciências Sociais. Se consultarmos o prospecto do curso de Estudos Culturais da Claremont Graduate University, o curso é anunciado como tendo por fim

o estudo da natureza, origens, produção, distribuição e persistência das culturas contemporâneas e passadas [nomeadamente a pesquisa e análise de] mudança e continuidade cultural, os processos das formas culturais contemporâneas, a construção do saber, a emergência e o funcionamento das relações de poder, a formação de identidades culturais e suas interações com outros fenómenos culturais. (Claremont Graduate University, 2001)

Este programa exemplifica não só a “expansão dos interesses” que Leitch aponta, mas também a diluição da componente de análise macropolítica num monumental projecto de investigação de *qualquer* ligação da cultura à sociedade.

Sendo assim, encontramos duas — por vezes distintas, por vezes parcialmente coincidentes — definições de objecto de estudo dos Estudos Culturais. Por um lado, a definição que abrange tudo o que de alguma forma se relaciona com *humanidades*. Nesse âmbito, arriscam-se a ser, como advertem Álvares e Diogo a “disciplina oportunista que muda de objecto [e tenta] chegar à actualidade colando-se ao ícone cultural, i. e., àquilo que na nova cultura é objecto de culto” (1997: 25). Por outro lado, num sentido mais estrito da expressão, que é o que informa a definição que se pode encontrar em obras de referência como *Key Concepts in Communication and Cultural Studies*, mantém-se a dimensão política que norteou o projecto intelectual de base e que lhes aponta como objectivo o estudo da

articulação entre relações sociais e significados — ou, mais exactamente, a forma como as divisões sociais adquirem sentido. Em termos gerais, a cultura é tida como a esfera na qual a classe, o género, a raça e outras desigualdades são normalizadas e representadas de maneira a cortar (tanto quanto possível) os vínculos entre estas e as desigualdades económicas e políticas. No entanto, [dado que] a cultura é também o

meio através do qual vários grupos subordinados vivem a sua subordinação e lhes resistem, é o terreno em que se luta pela hegemonia e no qual ela se tenta estabelecer; é consequentemente a arena das ‘lutas culturais’. (...) Os Estudos Culturais desenvolveram um campo de estudos que tenta recuperar e dar visibilidade às culturas desses grupos negligenciados. (O’Sullivan e outros, 1994: 71-72)

Nesses grupos negligenciados, incluem-se as mulheres. Transformar a sociedade *também* no que respeita às questões de género faz portanto parte da agenda emancipatória claramente assumida pelos Estudos Culturais. Deste modo, é natural que os Estudos Culturais tenham oferecido guarida a todas as que, como Angela McRobbie, se situavam na intersecção dos Estudos sobre as Mulheres e dos Estudos Culturais e procuravam “obter legitimação para áreas de investigação tais como as culturas comerciais do feminino, que no passado tinham sido marginalizadas, ignoradas ou banalizadas” (McRobbie, 1998: 299), isto é: procuravam fundar os Estudos Culturais sobre as Mulheres.

### Os Estudos sobre as Mulheres

Englobando um campo científico centrado no género como eixo estruturante de uma identidade — o feminino — que é o objecto do conhecimento a produzir, a designação “Estudos sobre as Mulheres” é ela própria objecto de discussão.<sup>5</sup> Dado que até à década de 90 foi o feminino o único género sobre o qual se centrou uma atenção genericamente orientada, a designação “Estudos sobre as Mulheres” era habitualmente intermutável com a de “Estudos de Género”; quanto a esta, apenas com os recentes “Estudos sobre a Masculinidade” e os “Estudos sobre os Homens” deixou de significar Estudos sobre o Género *Feminino*.

Ainda outras designações concorrenciais são as de “Estudos Feministas” e “Teoria Feminista”, geralmente conotadas com posições de maior confrontação e exigência de mudança social. A referência ao “feminismo” — que, para o senso comum e não só, é um movimento de rua que pretende abolir o *status quo* injusto (o patriarcado) que, negando às mulheres o pleno acesso à esfera pública, lhes retira potencialidades de acção e direitos — traz a estas designações uma dimensão política que as torna suspeitas de “falta de objectividade científica”.<sup>6</sup> A adopção da designação “Estudos sobre as Mulheres” substituindo as de “Estudos Feministas” ou “Teoria Feminista” será então sobretudo uma estratégia, provavelmente bem sucedida, de não-confrontação com os guardiões e guardiãs dessa “objectividade” e de “evita[mento] [d]a falsa imagem de homogeneidade de perspectivas em geral associada ao feminismo” (APEM, 1999: 5), já que, debaixo do epíteto “feministas”, a opinião pública não faz a *distinção* (Bourdieu, de novo) entre as “irmãs” académicas e as de *faca na liga*.<sup>7</sup> A perda conceptual que advém desta escolha é no entanto óbvia: tomando à letra a expressão, fará parte dos “Estudos sobre as Mulheres” qualquer elaboração teórica cujo objecto de estudo sejam as mulheres,

ainda que, *ab absurdo*, a perspectiva adoptada seja a de justificar a desigualdade entre os sexos, ou, num cenário infelizmente corrente, os “estudos de carácter empiricista sobre as mulheres, elaborados ou não por mulheres (...) [que] não chega[m] a romper com o cânone da ciência convencional e [se] limita[m] a acrescentar a categoria sexo aos resultados da observação” (APEM, 1999: 10).

Uma definição simultaneamente exaustiva, rigorosa e clara do que os Estudos sobre as Mulheres são e pretendem realizar — e por isso a citamos na íntegra — encontra-se em *Feminist Theory*, o manual de Kolmar e Bartkowski; para as autoras, a Teoria Feminista (que aqui leremos como Estudos sobre as Mulheres) é

o *corpus* de escritos que tentam descrever, explicar e analisar as condições de vida das mulheres. Segundo Charlotte Bunch, a teoria feminista é ‘uma maneira de ver o mundo; fornece a base a partir da qual podemos entender todos os domínios das nossas vidas’ (Bunch, ‘Not by Degrees’, 250). Segundo bell hooks, é uma forma de ‘entender o que se passa em nosso redor e com nós mesmas’ (hooks, ‘Theory as Liberatory Practice’, 59). A teoria feminista propõe igualmente estratégias de activismo e acção no sentido de melhorar as condições de vida e trabalho das mulheres. A questão fundamental da teoria feminista, sejam quais forem os termos para a designar, é a desigualdade das mulheres, a sua subordinação ou a sua dominação pelos homens. Na base disto, encontra-se a questão da assimetria de género — a ligação das mulheres e das coisas a elas associadas à ideia de que são diferentes de, inferiores a, valem menos do que os homens e as coisas a estes associadas. As teorias feministas analisam e tentam explicar que causas e condições tornam os homens mais poderosos e as suas produções, ideias e actividades mais valorizadas e com estatuto superior às das mulheres. Para muitas teóricas feministas isso implica a análise e explicação de todas as estruturas de dominação, quer se baseiem no género, na classe, na idade, na sexualidade, na nacionalidade, ou em qualquer outra desigualdade. (Kolmar e Bartkowski, 1999: 2)

A nosso ver esta definição do campo deve ainda articular-se com a sóbria — e, dir-se-ia, mais pragmática — que nos propõem as autoras do relatório SIGMA:

Os Estudos sobre as Mulheres desenvolveram-se nos últimos 25 anos como a *extensão académica* dos interesses políticos, culturais, económicos e intelectuais do movimento das mulheres, o qual é uma organização ao serviço do progresso das mulheres. Os Estudos sobre as Mulheres visam a transformação da educação e dos curricula universitários de forma a que espelhem e promovam as mudanças sociais no estatuto da mulher. (Braidotti, 1997)

Dado o âmbito forçosamente restrito deste artigo, de todos os temas e problemáticas tratados na produção dos Estudos sobre as Mulheres interessaram-nos apenas os que são retomados no campo (híbrido) dos Estudos Culturais sobre as Mulheres. Ora como adiante será, esperamos, tornado claro, este campo desenvolveu-se no contexto anglo-saxónico, pelo que será nesse espaço, aqui tomado como espaço de referência, que continuaremos a centrar a nossa atenção.

Os Estudos sobre as Mulheres acompanharam, complementaram e talvez em parte substituíram os movimentos feministas radicais,<sup>8</sup> sendo eles próprios a manifestação de uma “deslocação do activismo em direcção ao debate interno que ocorre no próprio movimento feminista” (Whelehan, 1995: 238).

O activismo feminista de rua fizera-se acompanhar na década de 80 de um activismo (politicamente menos expansivo) dentro das instituições; apareceram as “activistas de gabinete”, que, frequentemente académicas, desenvolveram pesquisa e produção teórica nas suas diferentes áreas disciplinares.

Esta pesquisa e produção foram crescendo exponencialmente. Para tal, claro está que concorreram processos internos ao campo científico<sup>9</sup> como a progressiva concentração de documentação,<sup>10</sup> a emulação, o debate inter-especialistas.<sup>11</sup> Mas também influíram factores externos: por exemplo, as restrições orçamentais estabelecidas nas universidades e institutos politécnicos pela hegemonia neoliberal a partir de meados dessa década afunilaram as possibilidades de contratações académicas, consequentemente aumentando a pressão sobre @s académic@s em início de carreira para publicar (e publicar trabalho *diferente*) de forma a obter um vínculo institucional cada vez mais inacessível. Este processo provocou um *boom* editorial em quase todos os campos científicos, especialmente naqueles, como os Estudos sobre as Mulheres, onde muito havia ainda por dizer. Quanto àquilo que nessa produção era dito, também foi sofrendo alterações profundas. Dando de novo a palavra a Kolmar e Bartkowski, vejamos o que se passava nos Estudos sobre as Mulheres:

Entre 1985 e 1995 (...) o desenvolvimento da teoria feminista muda de rumo (...) Por um lado, responde às *críticas internas* vindas de grupos que se sentiram excluídos do feminismo enquanto discurso académico, entre eles as mulheres negras, as mulheres do terceiro mundo, as mulheres pobres e da classe trabalhadora, as activistas radicais, as mulheres idosas, as mulheres deficientes. Por outro, a pesquisa feminista sofre influências intelectuais externas vindas do pós-modernismo, dos Estudos Culturais, da teoria queer, dos estudos gay e lésbicos, da teoria pós-colonial, dos movimentos globais feministas, dos estudos étnicos, da biologia e das ciências da informação, e ainda das mudanças massivas quanto ao crescimento global do fundamentalismo. (Kolmar e Bartkowski, 1999: 5-6)

Analisemos então algumas dessas *críticas internas* que estruturaram o pensamento feminista a partir de 1985.

Whelehan (1995) traça uma panorâmica crítica das principais tendências — liberal, marxista/socialista, radical, lésbica, negra — nessa altura presentes no pensamento feminista. Se já mencionámos o feminismo radical — e a análise dos feminismos liberal<sup>12</sup> e marxista-socialista<sup>13</sup> não será directamente pertinente para o que propomos neste trabalho — no feminismo lésbico e negro deter-nos-emos com mais vagar. Com efeito, os objectos de análise dos Estudos Culturais contemporâneos são, como bem afirmam Ribeiro e Ramalho, “a mulher, o negro, o homossexual, as minorias étnicas, as minorias em geral” (Ribeiro e Ramalho, 1998-99: 70) e as problemáticas de que adiante falaremos integraram a teoria deste

campo. Falemos, em primeiro lugar, da contribuição para os Estudos sobre as Mulheres do que mais tarde se designou teoria feminista lésbica e hoje se integra no recente campo dos Estudos Queer.

A teoria feminista lésbica tem duas fases distintas, *grosso modo* correspondentes ao percurso dos Estudos sobre as Mulheres *tout court*, com a sua inicial promoção de um ponto de vista igualitarista e o período que se lhe segue de valorização da diferença feminina e de centramento “separatista”. No começo — e falamos do pré e pós Stonewall (1969) —, também para estas teóricas o fundamental foi modificar relações de poder opressoras, intervir sobre o social; e isso passou por tentativas de reconstrução do conceito de lésbica desligando a homossexualidade de doença física ou mental.

O feminismo lésbico apresentava-se idealmente como reunindo os aspectos positivos do movimento gay e do movimento feminista, ao mesmo tempo que os criticava. Se ao nascente movimento gay reprovava a misoginia, acusava o movimento feminista de supor invariavelmente como sujeito apenas a mulher branca heterossexual de classe média, e assim implicitamente reconhecer como obrigatória uma sexualidade feminina heterossexual. Esta acusação, em vez de conduzir o restante pensamento feminista a perguntar de volta até que ponto a própria orientação sexual não teria, tal como o género, uma forte dimensão de construção social — e de construção social patriarcal — provocou antes tentativas de silenciamento da existência deste movimento no interior do movimento feminista, que desvalorizou os problemas específicos das mulheres lésbicas (como, por exemplo, a falta de reconhecimento legal das suas relações conjugais). Para o que nos interessa aqui, esta rejeição foi sobretudo importante por ter desencadeado em resposta uma reacção de encasulamento e a geração de “novas identidades” — ideais como a *Lesbian Nation*, vista como uma comunidade de resistência, acompanham a “construção” pelas primeiras teóricas lésbicas (Bunch, Atkison, Rich, colectivos como as *Fúrias*) da lésbica como a figura alheia ao sistema de poder masculino, a figura capaz de rejeitar o papel feminino de submissão aquiescente que segundo elas caberia às mulheres heterossexuais no jogo de sedução heterossexual (Hoogland, 1995: 120-121; e 125-126). Em contrapartida, o feminismo não-lésbico criticou as presunções lésbicas de que as relações entre mulheres são exemplares e que só o lesbianismo permitia o desenvolvimento de relações sexo-sentimentais verdadeiramente igualitárias e livres de abusos de poder, sempre identificados com o masculino. Com efeito, algumas feministas desta corrente afirmavam que o sucesso de uma revolução feminista exigia que todas as mulheres se tornassem politicamente lésbicas, isto é, que rejeitassem a necessidade de agradar aos homens. Esta noção do “politicamente lésbico” que nesta perspectiva deve qualificar qualquer feminista que se preze é reveladora de uma tendência: a da agregação de sentidos a diferenças até então não reconhecidas como suportes identitários. Assim vista, a orientação sexual tornava-se não apenas um traço identitário determinante da identidade como um todo, mas *A Identidade*. Deveria, portanto, gerar uma específica *política de identidade*, conceito que, recordemo-lo, designa uma política baseada na consciência que @ enunciador@ tem da sua identidade pessoal, seja por exemplo enquanto mulher, pessoa deficiente ou cigana.

Estando as identidades dependentes da consciência (gerada ou não pela discriminação) de uma diferença ou conjunto delas, nos Estudos sobre as Mulheres surgem como objectos de estudo ainda outros eixos de desigualdade que criam novas identidades compósitas<sup>14</sup> exigindo reconhecimento social. Com efeito, igualmente no campo das identidades e interessando também aos Estudos Culturais sobre as Mulheres, surgiram os feminismos centrados nas identidades/discriminações étnicas: o feminismo negro, chicano e afins. Integrados numa designação colectiva que privilegia o mais conhecido de todos — o feminismo negro — fazem hoje parte do campo dos Estudos Culturais via Estudos Pós-coloniais.<sup>15</sup>

Desde 1973 as activistas dos movimentos anti-racistas sentiram necessidade de articular uma afirmação de género com as questões étnicas. Movimentos como o *Combahee River Collective* (lésbicas feministas afro-americanas) dão corpo a essa necessidade e evidenciaram face a outras feministas, lésbicas ou não, os limites de separatismos. Como escreveram, quando se entrelaçam duas frentes de luta como a etnicidade e o género, as lésbicas afro-americanas combatem os homens afro-americanos para acabar com o sexismo, mas devem colaborar com eles para acabar com o racismo.

Esta forma de nos centrarmos sobre a opressão de que nós próprias somos vítimas está encarnada no conceito de política da identidade. Acreditamos que a maneira mais profunda e potencialmente mais radical de fazer política está directamente relacionada com a nossa própria identidade, por oposição aos resultados que conseguiríamos obter caso trabalhássemos para erradicar a opressão de outrem. (*Combahee River Collective*, 1977, *apud* Andermahr e outros, 1997: 103)

Tal como as feministas lésbicas a respeito da heterossexualidade, as feministas negras não se reconheciam na mulher objecto do discurso feminista dominante (Pattynama, 1995: 142). Passava-se o tempo a fazer analogias entre mulheres e negros, usando a palavra mulher como sinónimo de mulher branca. Outro ponto de insistência das feministas negras era levar as suas congéneres brancas a admitir que as mulheres brancas se podem tornar parte do sistema de opressão, oprimindo racialmente outras mulheres e homens. Queriam também ver reconhecida a desigualdade entre as mulheres anglo-brancas e as restantes, porque as primeiras têm muito mais poder e privilégios e “combatem numa única frente”, enquanto as outras têm não apenas de negociar a sua identidade em relação à mesma ordem simbólica falocêntrica como ainda de a negociar dentro de um discurso colonialista/imperialista de subordinação das identidades não brancas.

À crítica feita pelas feministas brancas à dimensão opressiva das relações de poder dentro da esfera privada e da família, as feministas negras contrapunham experiências destas esfera como o único espaço que protegia as mulheres negras do racismo existente noutras esferas. Além disso, tanto o feminismo branco como a sociedade em geral sobrestimavam o poder da mulher negra no sistema familiar: durante os anos 60, circulou nos meios académicos a tese de que a família negra seria matriarcal. Para hooks tal crença apoiava-se no estereótipo da mulher negra

criado durante a escravatura: como esta mulher realizava tarefas incompatíveis com aquilo que homens e mulheres brancos da altura julgavam ser a feminilidade, para não derrogar a atribuição de características como a força ao sexo masculino, os homens e as mulheres brancas teriam classificado as negras como “seres sub-humanos masculinizados”.

Para as feministas negras, as mulheres brancas participaram na transmissão e reificação deste imaginário, e para além de excluir reflexões sobre estas questões, a agenda feminista ignorava ainda as suas necessidades específicas no que dizia respeito a questões globais como o direito ao próprio corpo ou a violência doméstica. Quanto ao direito ao próprio corpo, as feministas negras lembraram a afirmação, no início do século XX, das políticas de eugenia nos Estados Unidos, desejando que as propostas de legalização do aborto (que passaria a ser efectuado em ambiente hospitalar) fossem acompanhadas de medidas anti-esterilização forçada e tomassem em conta que as mulheres negras (que constituíam a quase totalidade das vítimas da prática de aborto ilegal), receando problemas legais, só em último lugar recorriam a médicos e hospitais. Quanto à violência doméstica, lembraram que o sentimento de trair a sua etnia ou as próprias pressões da comunidade étnica a que pertencem impedem muitas mulheres negras (e asiáticas) de publicitarem a continuada violência mental e física de que são alvo e recorrerem a refúgios para mulheres batidas, pelo que a legítima defesa pode traduzir-se, em casos mais extremos, pelo assassinato do marido agressor.

Trabalhando sobre realidades étnicas distintas do afro-americanismo, teóricas como Anzaldúa expõem como as conexões entre etnia e feminino se traduzem na mesma tripla opressão: as mulheres são dominadas culturais — na medida em que a sua cultura é dominada pela cultura americana —, são dominadas enquanto género — na medida em que são mulheres —, e dominadas enquanto género numa cultura machista — na medida em que a sua cultura se diferencia por um maior sexismo em relação ao padrão ocidental (Humm, 1999: 33).

Isoladas por uma exclusão que as unifica num todo, algumas negras (hooks, Collins) e terceiro-mundistas (Minh Ha, Chow) apontaram para o facto de beneficiarem de um “privilégio epistemológico”, pois ocuparem posições marginais faz com que se situem numa perspectiva mais adequada para analisar a estrutura da opressão e dominação do pensamento patriarcal ocidental. Anzaldúa sugeriu, por exemplo, que possuir uma consciência mestiça, i. e., uma consciência configurada pelo exercício de papéis sociais contraditórios entre si, facilita uma ultrapassagem mais fácil dos dualismos, mostrando-se esta consciência mais flexível e apta para a produção de conhecimento.

O conceito bhabhiano de hibridismo cultural, originário dos Estudos Culturais, veio sustentar a teoria da mestiçagem de feministas chicanas como Anzaldúa e a produção, em meados dos anos 80, de textos bilingues de escritoras latino-americanas, asiáticas e índias que neles exploram a articulação entre linguagem, género e cultura. A questão é que uma visão das identidades como situadas em processos de constituição e trânsito articulou e reforçou uma crítica, do interior, ao eurocentrismo redutor dos Estudos sobre as Mulheres.

Por causa destas críticas ou apesar delas, os Estudos sobre as Mulheres são um campo de grande vitalidade: nunca como hoje foi tão forte o sistema de reenvios interdisciplinares dentro da comunidade académica, tão grande a nível nacional e transnacional o número de publicações especializadas nas mais variadas áreas de conhecimento. Entre elas, encontramos as que, como afirmámos, são “híbridas” e igualmente reivindicadas pelos Estudos Culturais.

### Os Estudos Culturais sobre as Mulheres

Os Estudos Culturais e os Estudos sobre as Mulheres emergiram do mesmo “caldeirão cultural” e desenvolveram-se a par. Foi já amplamente historiado (veja-se, por exemplo, Whelehan, 1995: 67-68) como o movimento da Nova Esquerda deu preparação teórica e militante a mulheres que, insatisfeitas com o que chamavam de forma masculina de contestação social, criaram a sua agenda autónoma. O Centro de Birmingham (o CCCS de Hall, que mencionámos no início deste artigo) “acolhia diversos núcleos de estudo, produzia colecções de documentos de trabalho, nas áreas das subculturas juvenis, etnografia, estudos literários e estudos sobre as mulheres. Em 1978, este último subgrupo publicou uma colecção muito influente intitulada *Women take Issue*” (Andermahr, 1997: 40).

Porém, quer a Nova Esquerda quer o próprio CCCS se revelaram deceptivos para as mulheres. Charlotte Brunson, hoje uma credenciada especialista numa área importante dos Estudos Culturais — os estudos sobre televisão — começa o historial das relações entre Estudos Culturais e Estudos sobre as Mulheres da seguinte forma: “Era uma verdade reconhecida por todas as mulheres que estudavam no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham nos anos 70 que ainda nenhuma mulher aí tinha completado um PhD” (Brunson, 1996: 276). Daí que Estudos Culturais e Estudos sobre as Mulheres, se partilharam as mesmas origens, tenham seguido caminhos que só posteriormente se vieram a cruzar. Retomemos, completando-a, a citação de Ribeiro e Ramalho que acima transcrevemos: falando dos Estudos Culturais da actualidade, afirmam @s autor@s que

o lugar ocupado nos primórdios dos Estudos Culturais britânicos pelo conceito de classe e pela perspectiva de classe do movimento operário como o ponto de apoio para levantar a questão da diferença pertence agora a outros ‘Outros’, marginalizados pela política e pela cultura: a mulher, o negro, o homossexual, as minorias étnicas, as minorias em geral. (Ribeiro e Ramalho, 1998-99: 70)

Ora o conceito de classe nos Estudos Culturais (resultado, como afirmámos acima, da preocupação *britânica* de Thompshon e outros) é votado ao “abandono” nos Estudos Culturais *estado-unidenses*; e esse facto é por algum@s autor@s explicado como a resposta a uma situação política local: dada a “sensibilidade”

norte-americana a marxismos e a crença de que a classe média é a norma, o conceito é relativamente desprezado como simultaneamente ameaçador e pouco produtivo (Ferguson e Golding, 1998: 20). Aceitamos esta explicação, e contra @s próprias autor@s que atrás tinham sustentado que “[a] ideia de que o facto de partilharem a língua, a literatura de referência e os gurus teóricos produziu uma hegemonia anglo-americana dos Estudos Culturais é questionável, para não dizer inexacta” (Ferguson e Golding, 1998: 20), cremos que a eleição de novos sujeitos, como as mulheres, como objecto de estudo, se não deriva apenas dessa repulsa norte-americana das questões de classe (que a nosso ver hoje pauta de facto a marcação da agenda académica do campo onde quer que seja) decorre igualmente da crescente força dos movimentos sociais — étnicos, feministas, LGBT,<sup>16</sup> etc. — na academia norte-americana.

Punhamos então “de parte a classe”. O que resta? Leitch, falando do panorama dos Estudos Culturais nos Estados Unidos,<sup>17</sup> apresenta-nos uma listagem dos tópicos incluídos nos programas dos cursos oferecidos:

a publicidade, a arte, a arquitectura, o folclore urbano, os filmes, a moda, os géneros literários populares (...), a fotografia, a música, as revistas, as subculturas juvenis (...), o teatro, a rádio, a literatura para mulheres, a televisão, a literatura da classe trabalhadora. (...) No período pós-moderno as artes e as actividades existentes num shopping banal apareciam como dignas de estudo e análise rigoroso. (Leitch, 1994)

Sem surpresa, reconhecemos todos estes temas como igualmente objectos de análise nos Estudos sobre as Mulheres.

Num primeiro sentido da palavra “cultura”, aquele em que o termo se refere a “Humanidades”, pode portanto falar-se de *Estudos Culturais sobre as Mulheres* — por vezes relativamente indistintos dos Estudos sobre as Mulheres *tout court*. A própria Angela McRobbie,<sup>18</sup> reflectindo em 1997 sobre as perspectivas do campo, parece ter alguma dificuldade em traçar essa fronteira:

Os estudos culturais feministas não são uma disciplina una. Entrecruzam-se com os Estudos dos Media e com o cinema, mas também se relacionam com a sociologia, a literatura, a história e com os debates das teorias marxista, feminista e pós-moderna. Frequentemente, os seus interesses coincidem parcialmente com os dos Estudos sobre as Mulheres, havendo ainda áreas de interesse comum com a psicologia feminista e a antropologia feminista. (McRobbie, 1998: 284-285)

Como vemos, trata-se de um campo interdisciplinar, como os próprios Estudos Culturais e os Estudos sobre as Mulheres o são também. Embora abranja áreas que estão para além de actividades ou traços habitualmente associados ao estereótipo da feminilidade, é um facto que, por exemplo, a associação do feminino à actividade de fazer compras deu origem a estudos sobre práticas de consumo, enquanto a ligação da aparência e do corpo ao feminino levou ao aparecimento de inúmeros trabalhos sobre imagens da mulher no discurso publicitário, fílmico ou televisivo.

A descrição da pesquisa cultural feminista no âmbito do discurso televisivo parece-nos reveladora do que se faz noutras áreas:

(...) relacionam-se os programas televisivos com os seus contextos discursivos sociais e institucionais, com as suas histórias e instituições (...) trabalhando fontes populares, tal como revistas de moda femininas, livros de decoração ou *fanzines* como fontes documentais primárias que iluminam a cultura feminina (...). [Este tipo de investigação] está interessado em descobrir as vozes das mulheres ou as condições de produção da feminilidade, o que significa quer uma busca em locais que não são convencionalmente vistos como ‘legítimos’ ou a revisitação e o revisi-onamento de espaços e fontes tradicionais. (...) Uma outra área de pesquisa investiga um público sexuado e a política sexual do visionamento familiar. (...) Preocupa-se com a forma como as mulheres vêem televisão, como a interpretam, e/ou como o contexto da domesticidade se articula com estes modos de recepção. (Brunsdon e outros, 1997: 7-8)

Como Stacey comentou, estes estudos atribuem demasiada importância às audiências, enquanto os estudos fílmicos feministas se cingiriam mais ao texto (Stacey, *apud* Thornham, 1999: 162). Aplicando-se a estes últimos tudo quanto é acima referido por Brunsdon, eles enveredam por uma aproximação primeiramente psicanalítica. A questão colocada por Laura Mulvey, no seu famoso *Visual Pleasure and Narrative Cinema* (publicado pela primeira vez em 1975), era “como combater o inconsciente estruturado como uma linguagem (criticamente formado no momento da chegada da linguagem) enquanto ainda estamos presas à linguagem do patriarcado?” (Mulvey, 1999: 59). Analisando o tipo de “olhar cinemático” que os filmes de Hollywood estimulam, Mulvey demonstra como as mulheres neles presentes se dão a ver passivamente ao olhar masculino na posição de objectos prontos a serem de direito consumidos. As heroínas de filme encorajam as mulheres a verem as outras e a verem-se elas próprias como objecto do desejo masculino, desejo por definição activo. Rose, por sua vez, quando no seu livro *Sexuality in the Field of Vision* examina o significado político da visão, conclui que, quer na arte, no cinema e na literatura, o sujeito mulher é representado como deficiente ou carente e ao mesmo tempo como um ícone de perfeição para aliviar as ansiedades masculinas de castração. A idealização funciona tanto ao nível do conteúdo como ao nível da forma (Phoca, 1999: 150).

Esta análise propicia a emergência de algumas questões pertinentes: de que forma pode aquilo que se vê na tela construir uma posição feminina para quem o vê? E que relação existe entre essa “espectadora construída pelo texto e o público feminino construído por categorias sociohistóricas, de género, classe, etnicidade, etc.?” (Kuhn, *apud* Gledhill, 1999: 168).

Estas perguntas são repetidas de área em área quando o que está em questão é a relação estabelecida entre mulheres e produtos culturais. Assim, tanto a leitura de uma obra de Ien Ang, a conhecida teórica de estudos televisivos, como a leitura de uma obra de Tania Modleski, mesmo se esta tratar por exemplo de filmes, aproveitará a quem se interesse pela relação das leitoras com os géneros literários

para mulheres. Na mesma linha, uma autora que trabalha a novela cor-de-rosa, como Janice Radway, fornecerá respostas para interrogações de teor similar às que acima apontamos, mesmo se está em jogo a análise de um outro produto cultural.

Nas primeiras páginas deste artigo referimos que um outro sentido de Estudos Culturais, mais restrito, via o campo como o lugar de estudo dos grupos sociais que, em posição de subalternidade pelas suas práticas e/ou discursos, resistiam à dominação hegemónica. Se de toda a produção feminista se pode dizer que, debruçando-se sobre as mulheres, se dedica a este estudo, o mesmo aplica-se com mais propriedade ainda aos escritos dos movimentos de mulheres dos feminismos lésbico ou negro/chicano, que obviamente se enquadram nos Estudos Culturais entendidos neste sentido restrito e nos Estudos Culturais sobre Mulheres.

Uma outra comunidade de mulheres interessa hoje aos Estudos Culturais sobre Mulheres: as cibernautas. As actividades femininas desenvolvidas na Net juntamente com a procura, por algumas, do desenvolvimento do potencial feminista do ciberespaço, tornaram a Net um albergue-ferramenta de construção da “irmandade” (uma irmandade virtual) e um suporte neutro de expressão das correntes feministas já existentes; qualquer *site* que tente promover os direitos das mulheres ou reforçar o poder feminino pode considerar-se ciberfeminista. Anita Borg, a informática que criou uma *e-mail list* separatista, a *Systers*, onde as mulheres trocam *know-how* informático, afirma que o fez porque queria criar um espaço autónomo onde as mulheres não tivessem de aguentar fanfarronices masculinas (Borg, 1996). Segundo uma outra perspectiva, são ciberfeministas as que sempre acreditaram nas possibilidades do uso da tecnociência — e da Net — como instrumento de desenvolvimento de uma nova ordem simbólica, de uma utopia social onde género, etnicidade e outras clivagens identitárias sejam anuláveis ou perspectivadas mais justamente. Escritoras como a falecida Kathy Acker, artistas plásticas como Linda Dement, grupos de arte-activistas como as Old Boys Network, as Guerrilla Girls ou as VNS Matrix, intelectuais como Sadie Plant, Rosi Braidotti, Katherine N. Hayles ou a própria Donna Haraway, constituem com outras mulheres anónimas uma comunidade já trabalhada na área dos Estudos Culturais sobre Mulheres (Laffer, 1998; Weisbard, 2000; Wilding, 1997 e 1998).

No plantiano “Zeros e Uns”, uma esfuziante contra-narrativa das (para a autora, estreitas) relações entre feminino e tecnologia, as mulheres são apresentadas não só como tecno-criadoras mas como retirando uma mais-valia da maquinidade a que as reduziu o patriarcado. De acordo com Plant, as mulheres têm sido a parte-máquina da humanidade, o grupo que desde o começo da história se tem encarregado do trabalho monótono e repetitivo. Plant mostra o quanto diversos contextos de produção e distribuição dependem do trabalho feminino repetitivo, que abrange indiferenciadamente a reprodução, a preparação de alimentos, e — no livro de Plant — a tecelagem sob todas as suas formas (Plant, 2000).

De acordo com uma hermenêutica feminista que conheça não só Plant como o *Manifesto Ciborgue* (Haraway, [1985] 1990), a (nova) mulher pode redefinir-se nos termos em que se pode dizer que uma máquina — um sistema auto-regulado<sup>19</sup> —

se dispõe a funcionar. Contra os interesses e os desejos de utilizações indevidas dos agentes apenas-humanos, *o material* (ou a mulher como o material) *tem sempre razão*. Falamos da mulher como ciborgue, uma das entidades materiais-semióticas de que trata Haraway. A ciborgue é uma híbrida — socialista/anti-militarista/feminista, humana e máquina, compõem-na elementos biológicos e também não-biológicos: tem talvez óculos, um dente feito de plástico ou completado com massa dental, e de certeza no organismo resíduos de todos os químicos com que foi medicada, ou dos alimentos artificialmente produzidos que comeu; *last but not least*, encara os corpos (o próprio e o alheio) como máquinas de performances contabilizáveis. Como os objectos em geral, carrega consigo um específico passado social, uma “história congelada” (Haraway, 2000: 137). Nesta perspectiva, objectos e seres são concretizações de conceitos, ou antes *são* conceitos estruturantes de uma redescrição do mundo que apela à introdução de uma identidade radicalmente diferente.

Qual a vantagem discursiva e sociológica da introdução de uma identidade como a da ciborgue face às categorias correntemente empregues para designar as sujeitas do discurso feminista contemporâneo — *A Mulher, as mulheres?* Segundo Haraway, ciborgues e outras “figuras” por si construídas compõem uma nova descrição do real, numa

*menagerie* onde o literal e o figurado, o factual e o narrativo, o científico e o religioso e o literário, são sempre implodidos. Cada um dos elementos não é a mesma coisa e necessita do seu próprio trabalho de descodificação, mas todos eles, enquanto processos, implodiram como que num buraco negro. (Haraway, 2000: 140)

Sendo um “buraco negro” e produto de um discurso performativo, a categoria de ciborgue tem uma “dimensão profética” (e lembremos com Braidotti que “a dimensão profética do trabalho intelectual crítico tem grande futuro” [Braidotti, 1995: 182]), que lhe permite escapar, se quiser — e Haraway quer — ao “essencialismo”, às questões das “políticas da identidade” de que acima falamos; permite, em suma, escapar à ontologização a que um conceito como “a Mulher” apela, ontologização que causa dano à capacidade de mobilização feminista. Para a mais que influente Butler (1990), por exemplo, o feminismo que constrói (e se sustenta de) uma identidade sexual feminina, por mais abrangente e evidente que pareça o seu ponto de ancoramento, não só inadvertidamente se submete a uma regulamentação social que tem por fim uma compulsão à heterossexualidade (isto é, obedece acriticamente a categorizações sexuais determinadas pela economia sexual masculinista que contesta), mas ainda “exclui audiências”, isto é, gera resistências à integração: atendendo a que as categorias de identidade não são meramente descritivas mas normativas, a escolha pelo discurso feminista de um qualquer *identity-kit* para o sujeito-mulher implica a obrigatória exclusão de qualquer mulher que nesse *kit* se não reveja (Butler, 1990).

## Os Estudos Culturais sobre as Mulheres em Portugal

Tanto os Estudos Culturais como os Estudos sobre as Mulheres são frequentemente escolhidos como exemplo de áreas de pesquisa um pouco “esotéricas”, caracterizadas pela interdisciplinaridade ao serviço de um projecto. Veja-se a sintomática aproximação que nas páginas de uma autora engloba os dois campos na mesma apreciação (simpática e imprecisa): “Depois, nos anos 80, foi-se mais longe criando-se domínios *complexos e indefinidos* como por exemplo nos Estados Unidos, os *Cultural Studies* ou os *Women’s Studies*. (...) [Tratava-se] de criar uma problemática que resultava necessariamente de uma conjugação de esforços nas várias áreas das ciências sociais e humanas” (Nizza da Silva, 1999: 29).

Para quem desejar ter uma ideia da evolução dos Estudos sobre as Mulheres em Portugal, recomendamos a consulta do artigo de Maria Regina Tavares da Silva “Estudos sobre as Mulheres em Portugal: um olhar sobre o passado”, publicado no primeiro número da revista *ex æquo* (Silva, 1999: 17-28). Quanto a nós, procurámos saber se os Estudos Culturais e os Estudos sobre as Mulheres são áreas pelas quais @s estudantes possam optar nas universidades e institutos politécnicos portugueses. Para tal, e porque já caducou o prazo para apresentação de candidaturas, não foi possível endossarmos o papel de estudantes eventualmente interessadas em frequentar determinados cursos, tendo portanto explicado que preparávamos um artigo sobre Estudos Culturais e Estudos sobre as Mulheres. Entrámos em contacto, segundo os casos, com as secretarias, os serviços académicos, os serviços de mestrados e doutoramentos, os departamentos de Ciências Humanas e Sociais dessas instituições, colocando duas questões de base: 1) A instituição propõe algum curso de licenciatura, pós-graduação, mestrado ou doutoramento em Estudos Culturais ou Estudos sobre as Mulheres/de Género?; 2) Que cursos de licenciatura, pós-graduação, mestrado ou doutoramento mais se aproximam destas áreas? (no caso de uma resposta negativa à primeira pergunta).

Em relação à primeira pergunta colocada, que é a que mais nos interessa, salvo uma única excepção para cada campo de estudos, recebemos apenas repostas negativas. A estranheza e a surpresa por parte das pessoas inquiridas face às menções de Estudos Culturais e de Estudos sobre Mulheres/de Género levou-nos a concluir que se trata de áreas desconhecidas.

Quanto à segunda pergunta, em relação aos Estudos de Género, não existem cursos afins; relativamente aos Estudos Culturais, os cursos que mais se aproximariam desta área são cursos que verificámos nós muito pouco ou nada terem a ver com ela, tal como o Curso de Especialização em Assuntos Culturais no âmbito das Autarquias (Pós-graduação) da Universidade de Coimbra.<sup>20</sup>

Por um lado, nenhum dos planos curriculares destes cursos inclui a disciplina de Estudos Culturais e, por outro, a natureza das disciplinas e a sua estrutura curricular não se aproximam do que se definiu acima como sendo Estudos Culturais. Mesmo nos casos de Licenciaturas em Língua e Cultura Portuguesa, verificou-se que o peso dado à cultura como disciplina autónoma é bastante reduzido, tratando-se geralmente de disciplinas de História.<sup>21</sup>

O mesmo ou quase acontece com os graus e títulos mais elevados. A parte curricular dos mestrados e dos doutoramentos não inclui qualquer seminário ou disciplina de Estudos Culturais e as disciplinas que nos foram indicadas pouco terão a ver com esta área, encontrando-se uma vez mais a importância dada à perspectiva histórica. Todavia, ao analisarmos o plano curricular de um Mestrado em Estudos Anglisticos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma área de especialização em Cultura,<sup>22</sup> verificámos a existência de um seminário de Estudos sobre Mulheres que não por acaso se encontra na intersecção de vários campos do saber, intitulado “Feminismo e Discurso Pós-colonial: as Vitorianas e a Cultura da Viagem”.<sup>23</sup>

No que respeita aos Estudos Culturais, a única excepção à regra encontrámo-la na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde existe um Curso de Especialização em Estudos Culturais cujo tema é “Utopia e Identidade Nacional”, pertencendo ao Departamento de Estudos Anglo-Americanos. Neste caso, de facto, a estrutura curricular reforça a perspectiva comparativista e interdisciplinar própria dos Estudos Culturais. O plano de estudos inclui dois grandes módulos estruturais dedicados às utopias inglesas e norte-americanas: 1) “Utopia e Identidade Cultural na Inglaterra Contemporânea” e “A América como Utopia”; 2) “Utopias e Distopias Inglesas” e “Utopias e Distopias Americanas”, funcionando paralelamente um conjunto alargado de módulos específicos leccionados por docentes dos mais variados departamentos daquela Universidade e de módulos temáticos ministrados também por professores da casa e por professores convidados oriundos de diversas universidades estrangeiras.<sup>24</sup>

Este Curso de Especialização em Estudos Culturais inclui ainda, todas as terças-feiras, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Ciclos de Conferências abertos ao público em geral. “Utopia e Medicina”, “Utopia e Música”, “Utopia e Religião”, “Utopia e Antropologia”, “Utopia e Linguística”, “Utopia e Arqueologia”, “Utopia e Arquitectura” são alguns dos temas destes ciclos de conferências já agendados para este ano lectivo. Para 15 de Janeiro de 2002 anunciam-se umas “Utopias Feministas” a cargo de Aline Ferreira.

No que respeita aos Estudos sobre as Mulheres, a excepção ao desconhecimento e inexistência desta área foi encontrada na Universidade Aberta, onde existe desde 1995 um Curso de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres cujo plano curricular apresenta o carácter interdisciplinar que se verifica no curso de Estudos Culturais acima descrita.<sup>25</sup>

Analisando a descrição sumária dos programas das disciplinas (Universidade Aberta, 2000) verificamos que, apesar de esta estrutura curricular revelar bastantes das aporias que Brown (1997) aponta aos cursos de Estudos sobre as Mulheres, é inegável a tentativa de cruzar os saberes de áreas como as ciências da educação, a literatura, a sociologia, a ciência política, os estudos de media, etc.

Quanto a publicações na área dos Estudos sobre as Mulheres, remetemos de novo para Maria Regina Tavares da Silva (Silva, 1999: 24), já que tal excede o âmbito deste artigo. Investigámos, antes, o que haveria publicado em Portugal na área dos Estudos Culturais sobre as Mulheres. A pesquisa não deu resultados. Passadas a pente fino algumas livrarias, pesquisado o fundo de livros, teses e periódicos da

Biblioteca Nacional e do Centro de Documentação da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, constatámos a ausência de obras que se possam identificar plenamente com o que, no estrangeiro, aparece etiquetado como Estudos Culturais sobre as Mulheres — obras como, digamos, *Fantasy Girls* (Helford, 2000). Aqui em Portugal, de obras com referências terminológicas ou citações directas daquelas que constituem as “autoridades” do campo, encontramos apenas um título, e, esse sim, bastante interessante: *Culturas Juvenis, Percursos Femininos: Experiências e Subjectividades na Educação de Raparigas*, de Laura Pereira da Fonseca (Fonseca, 2001), que segue deliberada e explicitamente a lição de McRobbie, mostrando-nos quer as raparigas como *sujeitos resistentes*, quer o meio a que resistem. Com efeito “as jovens, aqui, não são tomadas como vítimas, apesar dos constrangimentos que dão aos cenários das suas vidas muitas facetas inumanas” (Fonseca, 2001: 195).

Quanto ao restante movimento editorial, salva-se uma partilha de preocupações, que podemos encontrar pontualmente, como acontece nas contribuições portuguesas para o livro *Shifting Bonds, Shifting Bounds: Women, Mobility and Citizenship in Europe* (Ferreira, Tavares e Portugal, 1998), em dois números da *Revista Crítica de Ciências Sociais* que versam questões de género (n.º 49, 1997; n.º 50, 1998), num ou outro texto de outros números da mesma revista, ou no livro, publicado pela Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres, *Invisibilidades e Tectos de Vidro: Representações do Género na Campanha Eleitoral Legislativa de 1995 no Jornal Público* de Maria Madalena Avelar Barbosa (1998).

Em anexo, listamos apenas, a título de exemplo, algumas obras de autor@s portugues@s publicadas em Portugal desde 1995 que, considerando já as diferentes acepções de Estudos Culturais sobre as Mulheres, pensamos poderem caber na “periferia” do campo. Têm sobretudo o valor de indicar o muito que poderia ser revelado sobre a sociedade portuguesa — e as suas mulheres —, caso em Portugal se desenvolvesse o campo dos Estudos Culturais e @s portugues@s nele quisessem participar com Estudos Culturais sobre as Mulheres.

## Notas

- 1 Utilizamos o símbolo @ (arroba) para substituir os morfemas de género, de forma a evitar o emprego do masculino como genérico, prática por nós considerada como uma visão sexista do mundo veiculada pela língua.
- 2 Todas as palavras ou expressões que se encontram em itálico no presente artigo — inclusive aquelas que se encontram nas citações que referimos — são da nossa responsabilidade.
- 3 Do que haverá que concluir que sendo as mulheres, mesmo as que pertencem às classes dominantes, as dominadas dentro dessas classes, os seus interesses não são directamente representados pela cultura da classe a que pertencem, seja ela qual for.
- 4 De acordo com as normas instituídas pela MLA (Modern Language Association) para a referência a documentos da web, atendendo a que a paginação destes documentos é

variável e por vezes ausente, não se referem números de página para este tipo de fontes.

- 5 Tal é demonstrado, por exemplo, pela necessidade de justificar a utilização desta e não outra expressão que encontramos no editorial do primeiro número da revista *ex aequo* (APEM, 1999: 5).
- 6 Veja-se uma discussão feminista da noção de “objectividade científica” em confronto com as teorias de “conhecimento situado” na excelente apresentação feita por Harding do debate epistemológico actual (Harding, 1998: 89-104; 124-145; 146-164; 165-187).
- 7 Como @s noss@s leitor@s terão certamente percebido, referimo-nos aqui às feministas radicais, que *infra* mencionaremos com mais pormenor.
- 8 O feminismo radical procurava sobretudo levar a cabo um trabalho de intervenção social, criando centros de acolhimento para mulheres batidas, núcleos de apoio a vítimas de violação e a mães solteiras, serviços de prestação de cuidados para crianças, promoção de grupos de reflexão e auto-análise, festivais de poesia ou música só para mulheres, etc. À teoria sobrepunham o compromisso de intervenção social, o que conduzia essas feministas a “frequentemente explorarem a retórica do mais urgente de forma a integrar grandes grupos de mulheres dentro de uma agenda política tão vasta e inclusiva quanto possível” (Whelehan, 1995: 71).
- 9 Processos que, diga-se, afectaram de igual forma o crescimento do campo dos Estudos Culturais.
- 10 Quanto à concentração de informação — por exemplo, nos finais dos anos 70, a Fawcett Lybrary, em Londres, passou, graças a esforços feministas, para a tutela da hoje denominada London Guildhall University, e assim aumentou o seu acervo. Hoje a biblioteca tem repertoriados cerca de 60.000 livros e outros documentos sobre a condição feminina desde 1600 e é utilizada por investigador@s de todas as nacionalidades. (A Fawcett Lybrary não fornece serviços on-line, mas informações sobre as condições de acesso e utilização encontram-se em <http://www.lgu.ac.uk/fawcett/main.htm>).
- 11 Que por sua vez provocaram a fragmentação e a especialização que acompanha o rigor terminológico. Em *comptes-rendus* nostálgicos do estado do campo, estas características do debate feminista contemporâneo são frequentemente avaliadas como menos-valias para a obtenção de uma acção feminista imediata.
- 12 As designações “feminismo liberal” e “feminismo socialista” recobrem as feministas que começam a produzir textos teóricos e projectos políticos visando a instalação da igualdade entre os sexos no âmbito destas diferentes tradições de pensamento. Sem pôr em causa o sistema, as feministas liberais pretendem que as mulheres usufruam dos direitos de que os homens usufruem naturalmente. Recusam posições minoritárias quanto a políticas sexuais ou reprodutivas. A panaceia para todos os problemas da mulher é a educação, que permitirá aos homens reconhecerem o mal fundado dos seus privilégios e às mulheres o bem fundado das suas reivindicações. Para além da educação de base, as feministas liberais propõem a integração de cursos de estudos de mulheres nos *curricula* universitários. Imelda Whelehan (1999: 25-43) aponta-lhes várias aporias: 1) o facto de o feminismo liberal ser um derivado de um corpo teórico concebido em função de um sujeito masculino coloca-o à partida numa

- posição de conflito com as próprias ferramentas intelectuais que o apoiam e legitimam; 2) a insistência do liberalismo na autonomia e na justiça de uma sociedade meritocrática permite a desresponsabilização do sistema quanto às efectivas desigualdades entre homens e mulheres; 3) a aceitação da divisão das esferas pública e privada impede, ou deveria impedir, estas feministas de se pronunciarem acerca de questões atinentes à esfera privada como a violência doméstica.
- 13 As feministas socialistas aderiam à visão marxista porque o marxismo faz uma leitura não essencialista da questão dos géneros e se propõe modificar uma sociedade opressiva. Ao mesmo tempo, contudo, criticavam-lhe “ignorar” quer o trabalho feminino quer o facto de mesmo o operário ser opressor em relação à mulher, e consideravam que as teorias marxistas careciam de ferramentas adequadas para explicar a divisão sexual do trabalho, a sexualidade e a diferença de género. Preocupavam-se sobretudo com a relação das mulheres com o sistema de produção: questões laborais, a forma como o valor das mulheres no mercado de trabalho é condicionado pela visão que o patronato tem das mulheres como trabalhadoras domésticas e mães, etc.
- 14 Num processo de crescente complexidade, porque acontecendo paralelamente e em ligação directa ao género e à orientação sexual.
- 15 Vejam-se, a este respeito, os artigos que incluem o terceiro capítulo de *Dangerous Liaisons* (McClintock e outros, 1998).
- 16 A saber, Lésbico-Gay-Bissexual-Transsexual.
- 17 E, como dissemos, cremos justificar-se aqui a generalização.
- 18 Trata-se de uma autora de referência na área dos *Estudos Culturais sobre as Mulheres* que se debruça sobre culturas juvenis femininas.
- 19 Nos termos de Haraway, “não apenas uma qualquer máquina antiquada de tratamento de informação, mas uma que pertença à categoria de sistemas de controlo” (Haraway, 2000: 137).
- 20 De uma maneira geral, foram sobretudo referidos os Cursos de Licenciatura em Português-Francês ou Português-Inglês, em Comunicação Social e Cultural, em Língua e Cultura Portuguesa, ou seja, os cursos cuja designação inclui a palavra “cultura” ou uma palavra dela derivada e aqueles que se relacionam com outras culturas. O mesmo se verificou para cursos de graus e títulos mais elevados como por exemplo o Doutoramento em Cultura Portuguesa do Século XX (Universidade Nova de Lisboa); Antropologia Cultural (Universidade Técnica de Lisboa); ou os Mestrados em Cultura Portuguesa (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro); em Estudos Chineses (Universidade de Aveiro); Relações Interculturais (Universidade Aberta); etc.
- 21 Por exemplo, o curso da Universidade da Beira Interior inclui as disciplinas de História da Cultura Portuguesa e História da Cultura Clássica. No caso de outros cursos, os planos curriculares também incluem algumas disciplinas relacionadas com cultura ou história da cultura: História das Culturas e Civilizações e de Comunicação; Cultura e Desenvolvimento Cultural (Licenciatura em Ciências da Comunicação e Desenvolvimento Intercultural da Escola Superior de Educação Jean Piaget); Cristianismo e Cultura, Culturas Europeias e Contemporâneas, Cultura Portuguesa, Culturas Europeias e Contemporâneas, Gestão Cultural (Licenciatura em Comunicação Social e Cultural da Universidade Católica Portuguesa)

- 22 Que será, de todos os que nos foram referidos aquele cujo plano de estudos revela mais afinidades com os objectos de análise dos estudos culturais mais recentes — note-se, nomeadamente, disciplinas como Representações da Nação, Globalização e Cultura ou Géneros do Cinema Americano.
- 23 Parece-nos significativa e comprovatória de muito do que vimos explanando sobre a hegemonia do espaço anglo-saxónico nestas áreas a “conjugação” de Estudos Anglo-Americanos, Estudos sobre as Mulheres e Estudos Culturais.
- 24 Os módulos específicos e os respectivos departamentos responsáveis são nomeadamente: “Pensamento Utópico na Antiguidade Clássica” (Departamento de Estudos Portugueses e Românicos); “Utopia, Ética, Educação e Ideologia” (Departamento de Filosofia); “Utopia e Identidade Cultural” (Departamento de Sociologia); Utopia e História (Departamento de História); “Utopia e Arte” (Departamento de Ciências Técnicas do Património); “Utopia e Geografia” (Departamento de Geografia). Contam-se ainda os sete módulos temáticos que constituem este curso: “Utopias Portuguesas” (Universidade do Porto); “Utopias Alemãs e Escandinavas” (Universidade do Porto); “Utopias Russas” (Universidade de Lima); “Utopias Francesas” (Universidade Livre de Bruxelas); “Utopias Italianas” (Universidade de Bolonha); “Utopias Espanholas” (Universidade de Almeria); “Utopias Irlandesas” (Universidade de Liverpool).
- 25 O plano de estudos integra quatro grandes blocos conteudísticos, abrangendo cada um diferentes disciplinas: 1) “Fundamentos e Metodologias” — Metodologia da Investigação I e II, Teorias Educativas; 2) “Ideologias” — História dos Direitos das Mulheres e História Política e Social Contemporânea; 3) “Realidades” — Sociologia da Família e Sociologia do Trabalho e do Lazer; 4) “Representações” — Expressões Culturais I (Arte), Expressões Culturais II (Literatura), Discursos do Quotidiano I (A problemática do género na sala de aula), Discursos do Quotidiano II (A problemática do género nos *mass media*)

### Referências bibliowebgráficas

- Álvares, Maria Cristina e Américo Lindeza Diogo (1997), *Que Saudades que Eu Já Tinha da Minha Alegre Casinha... — Das Humanidades na nova Universidade*, s/l, Irmandades da Fala da Galiza e Portugal/Cadernos do Povo-Ensaio.
- Andermarh, Sonya, e outros (1997), *A Concise Glossary of Feminist Theory*, Londres, Arnold.
- APEM (1999), “Editorial: Apresentação”, *ex æquo*, 1, 3-10.
- Barbosa, Maria Madalena Avelar (1998), “Invisibilidades e tectos de vidro: representações do género na campanha eleitoral legislativa de 1995 no jornal *Público*”, *Cadernos da Condição Feminina*, n.º 51, Lisboa, Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres.
- Barker, Martin e Anne Beezer (1994), “Introducción: qué hay en un texto?”, em Martin Barker e Anne Beezer (orgs.) *Introducción a los Estudios Culturales*, Barcelona, Bosch.

- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction*, Paris, Éditions de Minuit.
- Borg, Anita (1996), "Why Systems?", [http://cec.wustl.edu/~cs142/articles/GENDER\\_ISSUES/why\\_systems-borg](http://cec.wustl.edu/~cs142/articles/GENDER_ISSUES/why_systems-borg), última modificação desconhecida, visto em 18 /8/2000.
- Braidotti, Rosi (1995), "Afterword: forward-looking strategies", em Rosemarie Buikema e Anneke Smelik (orgs.), *Women's Studies and Culture: A Feminist Introduction*, Londres, Zed.
- Braidotti, Rosi e outros (1997), "SIGMA Synthesis Report: Women's Studies in Europe", Centre of Women's Studies of Antwerp, Bélgica, <http://womwn-www.uia.ac.be/women/sigma/synthesis.html>, última modificação em 22/4/1997, visto em 21 /3/ 2000.
- Brown, Wendy (1997), "The impossibility of women's studies", *Differences: a Journal of Feminist Cultural Studies*, 9 (3), <http://iupjournals.org/differences/diftoc9.html>, última modificação desconhecida, visto em 3/10/2001.
- Brunsdon, Charlotte (1996), "A thief in the night: stories of feminism in the 1970s at CCCS", em David Morley e Kuan-Hsing Chen (orgs.) *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies*, Londres, Routledge.
- Brunsdon, Charlotte, e outros (1997), *Feminist Television Criticism: A Reader*, Oxford, Clarendon Press.
- Buikema, Rosemarie, e Anneke Smelik (orgs.) (1995), *Women's Studies and Culture: A Feminist Introduction*, Londres, Zed.
- Butler, Judith (1990) *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, Londres, Routledge.
- Claremont Graduate University (2001), *The Cultural Studies Program, Program Information*, <http://www.cgu.edu/hum/cul/proginfo.html>, última modificação desconhecida, visto a 22/ 03/ 2001.
- Ferguson, Marjorie, e Peter Golding (orgs.) (1998), *Economía Política y Estudios Culturales*, Barcelona, Bosch.
- Ferreira, Virginia, Teresa Tavares e Sílvia Portugal (orgs.) (1998), *Shifting Bonds, Shifting Bounds: Women, Mobility and Citizenship in Europe*, Oeiras, Celta.
- Fonseca, Laura Pereira da (2001), *Culturas Juvenis, Percursos Femininos: Experiências e Subjectividades na Educação de Raparigas*, Oeiras, Celta.
- Forquin, Jean-Claude (1999), "Culture", em Jean Houssaye (coord.), *Questions Pédagogiques*, Paris, Hachette, 109-122.
- Gledhill, Christine (1999) [1988], "Pleasurable negotiations", em Sue Thornham (org.) *Feminist Film Theory: A Reader*, Edimburgo, Edinburgh University Press.
- Haraway, Donna (2000), *How Like a Leaf: An Interview with Thyrza Nichols Godeve*, Londres, Routledge.
- Haraway, Donna (1995), "Manifiesto para cyborgs: ciencia, tecnologia y feminismo socialista a finales del siglo XX", *Episteme*, 86, Valencia, Universitat de València & Asociación Vasca de Semiótica.
- Harding, Sandra (1998), *Is Science Multicultural?: Postcolonialisms, Feminisms, and Epistemologies*, Bloomington, Indiana University Press.
- Hebdige, Dick (1979), *Subculture: The Meaning of Style*, Londres, Methuen.
- Hoogland, Renée (1995), "Heterosexual screening: lesbians studies", em Rosemarie

- Buikema e Anneke Smelik (orgs.) *Women's Studies and Culture: A Feminist Introduction*, Londres, Zed.
- Helford, Elyce Rae (org.) (2000), *Fantasy Girls: Gender in the New Universe of Science Fiction and Fantasy Television*, Maryland, Rowman & Littlefield.
- Humm, Maggie (1999), *The Dictionary of Feminist Theory*, Edinburgh, Prentice Hall.
- Kellner, Douglas (1997), "The Frankfurt School and the British Cultural Studies: The Missed Articulation", <http://www.gseis.ucla.edu/courses/ed253a/Mckellner/CSFS.html>, última modificação desconhecida, visto a 22 /03/ 2001.
- Kolmar, Wendy, e Frances Bartkowski (2000), *Feminist Theory: A Reader*, Mountain View, Mayfield.
- Laffer, Christine (1998), "Charred edges: grrrl power and the structures of feminism", *Switch*, 9, <http://switch.sjsu.edu/web/v4nl/grlpower.html>, última modificação desconhecida, visto a 25 /7/ 2000.
- Lee, Richard E. (1997), "Cultural studies as *geisteswissenschaften*? time, objectivity, and the future of social science", <http://fbc.binghamton.edu/rllcs-gws.htm>, última modificação desconhecida, visto a 22 /03/ 2001.
- Leitch, Vincent B. (1994), "Cultural studies: United States", <http://faculty-staff.ou.edu/L/Vincent.B.Leitch-1/article2.html>, última modificação desconhecida, visto a 22 /03/ 2001.
- McClintock, Anne, e outros (1998), *Dangerous Liaisons*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- McRobbie, Angela (1998), "Las es y las anti-es: nuevas cuestiones para el feminismo y los estudios culturales", em Marjorie Ferguson e Peter Golding (orgs.), *Economía Política y Estudios Culturales*, Barcelona, Bosch.
- Mulvey, Laura (1999), [1975], "Visual pleasure and narrative cinema", em Sue Thornham (org.), *Feminist Film Theory: A Reader*, Edimburgo, Edinburgh University Press.
- Nizza da Silva, Maria Beatriz (1999), "Os estudos sobre as mulheres. A difícil interdisciplinaridade", *ex æquo*, 1, 29-32.
- O'Sullivan, Tim e outros (1994), *Key Concepts in Communication and Cultural Studies*, Londres, Routledge.
- Pattynama, Pamela (1995), "Strangers and double self-consciousness: feminism and black studies", em Rosemarie Buikema e Anneke Smelik (orgs.), *Women's Studies and Culture: A Feminist Introduction*, Londres, Zed.
- Phoca, Sophia, e Rebecca Wright (1999), *Introducing Postfeminism*, Cambridge, Totem Books.
- Plant, Sadie (2000), *Zeros e Uns*, Lisboa, Bizâncio.
- Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49 (1997); 50 (1998).
- Ribeiro, António Sousa, e Maria Irene Ramalho (1998-99), "Dos estudos literários aos estudos culturais", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52-53.
- Silva, Maria Regina Tavares da (1999), "Estudos sobre as Mulheres em Portugal: um olhar sobre o passado", *ex æquo*, 1, 17-28.
- Shiach, Morag (1999), *Feminism & Cultural Studies*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Thornham, Sue (1999), "Textual negotiations: introduction", em Sue Thornham (org.) *Feminist Film Theory: A Reader*, Edimburgo, Edinburgh University Press.

- Universidade Aberta (2000), "Mestrado em Estudos sobre as Mulheres: plano curricular", <http://www.univ-ab.pt/iepg/mestrados/mem/plano.htm#mi1>, última modificação em 8/2000, visto a 21/10/2001.
- Weisbard, Phyllis (2000), "Cyberjanes and cyberjitters: myths and realities of gender differences on the net", WAAL Spring Conference Talk, 12/4, <http://www.library.wisc.edu/libraries/WomensStudies/Talks/waaltalk.htm>, última modificação desconhecida, visto a 18/9/2000.
- Whelehan, Imelda (1995), *Modern Feminist Thought*, Edimburgo, Edinburgh University Press.
- Wilding, Faith (1997), "Where is feminism in cyberfeminism?", <http://www-art.cfa.cmu.edu/www-wilding/wherem.html>, última modificação desconhecida, visto a 24/7/2000.
- Wilding, Faith, e Critical Art Ensemble (1998), "Notes on the political condition of political condition of cyberfeminism", <http://www-art.cfa.cmu.edu/www-wilding/notes.html>, última modificação desconhecida, visto a 24/7/2000.

## Anexo

- Barbosa, Maria Madalena Avelar (1998), *Invisibilidades e Tectos de Vidro: Representações do Género na Campanha Eleitoral Legislativa de 1995 no Jornal Público, Cadernos da Condição Feminina*, n.º 51, Lisboa, Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres. Estuda a forma como os estereótipos de género determinam a apresentação das mulheres/do feminino na comunicação social. Como os estereótipos de género dos jornalistas influem na transmissão da informação de forma a gerar a invisibilidade política partidária das mulheres.
- Casa-Nova, Maria José (1999), *Etnicidade, Género e Escolaridade*, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Mestrado em Ciências da Educação. Analisa os percursos escolares de rapariguinhas ciganas, demonstrando, tal como o faz Maria Antonieta Garcia em relação à mulheres da comunidade judia, que o cruzamento da etnicidade, do género e da ("baixa") classe social sujeita estas rapariguinhas a uma tripla discriminação.
- Casimiro, Isabel Maria Alçada Padez Cortesão (1999), *Paz na Terra, Guerra em Casa: Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Mestrado em Sociologia. Analisa as relações entre os movimentos e organizações de mulheres moçambicanas e a sociedade patriarcal terceiro mundista afectada pela globalização, apontando formas de resistência e hibridismo que estruturam a construção da identidade destas mulheres.
- Ferreira, Maria Luísa Ribeiro (org.) (2001), *Pensar no Feminino*, Lisboa, Colibri. Recolhe abordagens multidisciplinares (sociologia, literatura, medicina, filosofia) sobre conceitos ligados às questões de género; analisa igualmente algumas autoras (Hanna Harendt, Hildegarda de Bingen, Mary Astell) e representações das

- mulheres e do feminino em bastantes filósofos e escritores, de Augusto Abelaira a Maurice Merleau-Ponty.
- Ferreira, Virgínia, Teresa Tavares e Sílvia Portugal (orgs.) (1998), *Shifting Bonds, Shifting Bounds: Women, Mobility and Citizenship in Europe*, Oeiras, Celta. Trata de Mulheres e Divisão Sexual de Trabalho, Identidade Europeia e Cidadania à luz das Questões de Género.
- Garcia, Maria Antonieta Gomes Baptista (1999), *Judaísmo no Feminino, Tradição Popular e Ortodoxia em Belmonte*, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa. Estudo de grupo dominado dentro de grupo dominado. Uma tripla discriminação das mulheres judias de Belmonte: anti-feminismo (fora e dentro da comunidade), anti-semitismo (fora da comunidade) e anti-marranismo (dentro da comunidade).
- Magalhães, Isabel Allegro de (1995), *O Sexo dos Textos e Outras Leituras*, Lisboa, Caminho. Analisa numa perspectiva literária e linguística as questões da identidade nacional e de género nas obras de diferentes autoras (Irene Lisboa, Agustina Bessa Luís, Hélia Correia e Wanda Ramos) e autores (Camilo, Almada Negreiros, Jorge de Sena e Vergílio Ferreira) portugueses@s.
- Tavares, Manuela (2000) *Movimentos de Mulheres em Portugal: Décadas de 70 e 80*, Lisboa, Livros Horizonte. Estuda a história das diferentes tendências do movimento feminista em Portugal e de diferentes associações/grupos de mulheres no período indicado prestando sobretudo atenção às relações entre mulheres e poder.
- Vicente, Ana (1998) *As Mulheres em Portugal na Transição do Milénio, Valores — Vivências — Poderes nas Relações Sociais entre os Dois Sexos*, Lisboa, Multinova. Analisa vários domínios da sociedade portuguesa dos finais dos anos 90 do ponto de vista das questões de género (saúde, educação, cultura, sexualidades, família, etc.).

Ana da Silva e Teresa Cláudia Tavares. Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Santarém.